

O AMADURECIMENTO PRECOCE
DAS CRIANÇAS
BRASILEIRAS



Um retrato da infância roubada

O AMADURECIMENTO PRECOCE DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

Um retrato da infância roubada

Camilla Viana de Souza Andrade

Alegre, Espírito Santo – Brasil
2024-2025

Créditos

Copyright © Camilla Viana de Souza Andrade, 2025

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informações, sem permissão por escrito da autora.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dedicatória

Para todas as crianças que ainda não sabem o que é brincar.

E para os adultos que decidirem escutar.

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ANDRADE, Camilla Viana de Souza

O amadurecimento precoce das crianças brasileiras : um retrato da infância roubada / Camilla Viana de Souza Andrade. Alegre, ES : [Editora], 2025.

1. Adultificação precoce 2. Infância .Brasil 3. Crianças – Condições sociais 4. Trabalho infantil.Brasil 5. Exposição digital. Crianças 6. Sexualização precoce I. Título

CDD: 305.230981

Biblioteca Nacional, Brasil

Epígrafe

"Há crianças que nunca foram crianças.

Há adultos que nunca deixaram de ser crianças.

Há, no meio, um país inteiro que não sabe o que fazer com a própria memória."

(Camilla Viana)

Sumário

Introdução: Os olhos de quem já viu tudo

Capítulo 1 :A menina que sabia o preço do feijão

Capítulo 2: O menino que carregava o peso do mundo

Capítulo 3:A tela que roubou a infância

Capítulo 4 :O que o Conselho Tutelar não dá conta

Capítulo 5: A escola que resiste

Capítulo 6: Meninas-mãe, meninos-pai

Capítulo 7 :A adultização precoce por parte das crianças

Capítulo 8: Alegre, Brasil: o retrato de uma nação

Prefácio

Eu não queria escrever este livro.

Quando iniciei minha pesquisa de doutoramento, imaginei um percurso diferente. Pensei em meses silenciosos em bibliotecas, cercada por livros, artigos, teorias e dados, seguindo um caminho metodologicamente seguro, intelectualmente confortável e emocionalmente distante. Era um plano organizado, um plano acadêmico, um plano que me protegia, um plano que não exigia sustentar o olhar de uma criança de sete anos dizendo, com absoluta naturalidade, que não tinha tempo.

Mas o plano não resistiu ao primeiro encontro com a realidade.

Alegre me foi apresentada como uma cidade tranquila do interior capixaba, um lugar pequeno, previsível, ideal para um estudo de caso controlado. Cheguei acreditando que encontraria recortes, situações pontuais, um cenário delimitado. Saí com a certeza de que havia visto, em escala reduzida, o retrato de um país inteiro.

O que encontrei não cabia no projeto inicial e, definitivamente, não cabia em tabelas.

O que testemunhei nas ruas, nas escolas, nos supermercados, nas casas e nas salas apertadas do Conselho Tutelar não podia ser reduzido a gráficos. Os números que coletei eram, sim, alarmantes: mais de 15 milhões de crianças vivendo na pobreza, cerca de 1,6 milhão em situação de trabalho infantil, 93% de crianças conectadas à internet, 62% de meninas entre 8 e 12 anos usando maquiagem com frequência. Ainda assim, os números permaneciam abstratos.

O que doía não eram os dados, eram os rostos.

Ana Clara sabia o preço do feijão, do arroz e do leite, mas já não sabia mais o que era brincar sem preocupação. Ryan carregava no bolso uma calculadora e, nas costas, a responsabilidade de cuidar da avó doente, como se a infância fosse um detalhe dispensável. Michele, aos nove anos, dizia que já tinha vivido mais, com a leveza de quem comenta algo banal, sem dimensão do peso contido naquela afirmação.

Vitória usava batom vermelho não por escolha, mas por imposição, porque a mãe mandava, aprendendo desde cedo que seu corpo também pode ser um espaço de obediência. E havia tantas outras histórias, tantos outros nomes, tantas outras infâncias atravessadas por experiências que não deveriam lhes pertencer.

Meninas e meninos que não relataram suas histórias com revolta. Não houve indignação, não houve denúncia. Houve naturalidade. E foi essa naturalidade que mais me atravessou. Quando a violência deixa de ser percebida como violência, ela se torna ainda mais profunda. Significa que essas crianças não sabem que estão sendo privadas, não sabem

que estão perdendo algo essencial. Acreditam que a vida é assim mesmo, que criança trabalha, que criança cuida de casa, que criança se maquia cedo demais, que criança namora, que criança assume responsabilidades de adulto, que não há alternativa.

Talvez essa seja a forma mais silenciosa e mais cruel de desigualdade: aquela que não se reconhece como tal.

Foi nesse ponto que compreendi que minha pesquisa não poderia permanecer apenas no campo acadêmico. Não bastava analisar, não bastava interpretar, não bastava publicar artigos destinados a circular entre pares. Era preciso escrever de outra forma, registrar, dar visibilidade.

Este livro nasce desse deslocamento.

Não é um tratado acadêmico, embora esteja sustentado por dados rigorosos e investigação consistente. Não é um manual de soluções prontas, embora aponte caminhos possíveis. É, antes de tudo, um testemunho comprometido com aquilo que foi visto, ouvido e sentido ao longo de dois anos de pesquisa de campo.

Escrevi para que as histórias de Ana Clara, Ryan, Michele, Luana, Maria Eduarda e tantas outras não se percam na invisibilidade. Escrevi para que os números não permaneçam confinados em relatórios técnicos que poucos leem. Escrevi porque cada dado carrega um rosto, uma voz, uma história que precisa ser reconhecida.

Escrevi para que a pergunta que atravessa estas páginas não se dissolva no esquecimento: ainda há tempo de devolver a infância a quem nunca a teve?

Não tenho todas as respostas, e seria irresponsável afirmar que tenho. Mas há uma certeza que este percurso me deixou, e ela é impossível de ignorar: enquanto houver uma única criança que não saiba o que é brincar livremente, sem medo, sem pressa, sem responsabilidade precoce, ainda haverá trabalho a ser feito.

E esse trabalho não é apenas da escola, não é apenas da família, não é apenas do Estado. É coletivo, é urgente e não pode mais ser adiado.

Este livro é um começo.

Alegre, março de 2025

Camilla Viana de Souza Andrade

Introdução

Há crianças que ainda olham o mundo com espanto, curiosidade e abertura para o novo, mas há também aquelas cujo olhar já não carrega a leveza da descoberta, e sim a densidade de quem reconhece cedo demais aquilo que não deveria fazer parte de sua experiência. São olhos que identificam o cansaço nos adultos, que compreendem a ausência antes mesmo de ela ser nomeada, que percebem o silêncio como resposta quando não há o que oferecer e que, aos poucos, deixam de perguntar porque aprendem que nem toda pergunta encontra escuta, ao mesmo tempo em que passam a reproduzir comportamentos e expectativas que não emergem da infância, mas de um mundo adulto que se infiltra de forma precoce em seus modos de ser, de vestir e de se apresentar. Durante esta pesquisa, aprendi que observar essas crianças exige mais do que atenção ao que dizem; exige sensibilidade para aquilo que sustentam em seus gestos, em suas pausas, na forma como organizam suas falas e, sobretudo, na maneira como olham o mundo, como se já tivessem atravessado experiências que pertencem a outra fase da vida, o que se evidencia não apenas em suas responsabilidades cotidianas, mas também em práticas que se tornaram cada vez mais frequentes, como o uso de maquiagem em idades cada vez mais precoces, a construção de vínculos afetivos que são nomeados como “namoro” antes mesmo da compreensão do que isso significa e a adoção de vestimentas que reproduzem padrões estéticos e, por vezes, sexualizados, amplamente difundidos nas redes sociais e na cultura midiática.

Esse olhar, que não se constrói de forma espontânea, mas sim como resultado de processos sociais, econômicos e culturais, revela uma infância que vem sendo gradualmente atravessada por responsabilidades, ausências e também por uma antecipação de papéis sociais que deslocam a criança de seu lugar de desenvolvimento para um espaço de performance. Ao longo do trabalho de campo, encontrei esse olhar repetidas vezes, em contextos distintos, mas com uma mesma base comum, o que evidencia que não se trata de casos isolados, mas de um fenômeno mais amplo e estruturado. Vi esse olhar em Ana Clara, aos sete anos, quando descreveu com precisão

aquilo que faltava em casa ao final do mês, organizando mentalmente despesas e prioridades como quem já compreende a lógica da sobrevivência, mas também quando expressou o desejo de se parecer com jovens que via em vídeos, associando reconhecimento à exposição do corpo. Vi esse mesmo olhar em Maria Eduarda, aos onze anos, ao narrar sua rotina doméstica e familiar com naturalidade, sem questionamento, como se cumprir funções de cuidado fosse apenas parte esperada de sua existência, ao mesmo tempo em que se percebia inserida em um contexto onde a infância já não era plenamente vivida. Ele também estava presente em Michele, aos nove anos, quando escolheu a palavra “pesado” para descrever um conteúdo ao qual foi exposta, revelando não apenas a antecipação de experiências, mas também a ausência de mediação adequada. Da mesma forma, esse olhar apareceu em Ryan, aos dez anos, quando afirmou que ninguém pergunta e ninguém olha, sintetizando, em poucas palavras, uma experiência de invisibilidade que ultrapassa o campo individual e se insere em uma lógica social mais ampla.

Essas crianças não falam necessariamente em tom elevado, não expressam revolta de forma explícita e, muitas vezes, sequer reconhecem suas experiências como problemáticas, o que torna a situação ainda mais complexa, pois a naturalização da adultização precoce se estabelece como um dos aspectos mais preocupantes desse processo. Meninas que usam maquiagem antes de compreenderem o próprio corpo, que escolhem roupas baseadas em padrões midiáticos que valorizam a exposição e a estética adultizada, que se referem a relações afetivas como “namoro” sem que haja maturidade emocional para sustentar tais vínculos, não estão simplesmente “imitando” comportamentos, mas respondendo a um conjunto de influências que as atravessa diariamente e que redefine o que significa ser criança. O que atravessa este livro, portanto, não se limita à análise da pobreza, da desigualdade ou da fragilidade das políticas públicas, embora esses elementos estejam presentes e sejam fundamentais para a compreensão do fenômeno, mas diz respeito, sobretudo, à perda gradual da infância como experiência social e subjetiva, uma perda que se manifesta tanto na sobrecarga de responsabilidades quanto na antecipação de vivências que deveriam ocorrer em outro momento do desenvolvimento.

Essa perda não ocorre de maneira abrupta, nem se apresenta como ruptura evidente; ela se constrói de forma silenciosa, progressiva e, muitas vezes, imperceptível, iniciando-se com pequenas tarefas, ampliando-se com exigências familiares, intensificando-se com a exposição a conteúdos e padrões externos e consolidando-se na internalização de expectativas adultas, até que, em determinado momento, a infância deixa de ser vivida

como espaço de experimentação, imaginação e proteção e passa a ser substituída por uma lógica de funcionalidade, desempenho e aparência. Tal processo não pode ser compreendido de forma isolada, pois resulta da articulação de múltiplos fatores que operam simultaneamente, incluindo condições socioeconômicas adversas, ausência ou sobrecarga de responsáveis, fragilidade das redes de apoio, exposição precoce a ambientes digitais não mediados e uma cultura que, por vezes, valoriza a maturidade precoce como virtude, sem problematizar os custos envolvidos, reforçando práticas como o elogio à criança “responsável demais” ou “vaidosa demais”, sem considerar que tais características podem estar associadas à perda de experiências fundamentais da infância. A ideia de que “sempre foi assim” contribui para a manutenção desse cenário, dificultando a construção de alternativas que rompam com padrões historicamente reproduzidos, mas reconhecer a existência desse processo não implica aceitá-lo como inevitável, e é justamente nessa tensão entre o que está posto e o que pode ser transformado que este livro se insere. Escrever sobre essa realidade não foi um exercício distante ou meramente intelectual, pois minha trajetória pessoal também se conecta com o território investigado, uma vez que nasci e cresci na zona rural de Alegre, o que me permite compreender, a partir da experiência vivida, aspectos relacionados ao ritmo da vida, às dinâmicas familiares e às formas de organização comunitária, embora o que tenha sido observado ao longo da pesquisa evidencie mudanças significativas na forma como a infância vem sendo vivida, marcadas pela intensificação das demandas, pela redução do tempo livre e pela presença constante de estímulos externos que redefinem comportamentos, desejos e referências.

Dessa forma, este livro não se propõe a apresentar respostas definitivas, nem a oferecer soluções simplificadas para um problema complexo, mas busca, antes de tudo, dar visibilidade a experiências que frequentemente permanecem à margem, contribuindo para a construção de um olhar mais atento, crítico e comprometido com a realidade das crianças, convidando o leitor a reconhecer esses olhares, a compreender os contextos que os produzem e, sobretudo, a refletir sobre o papel coletivo na garantia de uma infância que não seja marcada pela ausência de escolha, porque, quando uma criança aprende cedo demais a performar, a se adequar e a corresponder a expectativas que não são suas, algo essencial já foi deslocado, e essa perda não é apenas individual, mas social, ética e profundamente política.

Cena 1. A menina do portão (Alegre-ES)

Havia uma menina de sete anos vivendo na periferia de Alegre, uma cidade de pouco mais de trinta mil habitantes no sul do Espírito Santo, encostada na serra capixaba. Alegre costuma ser descrita como um lugar tranquilo, de comércio pacato, ruas de paralelepípedo, uma praça com igreja centenária e um rio que corta o centro, mas também guarda becos sem saída, caminhos estreitos onde a vida se organiza de outro modo, como aquele onde encontrei a menina.

Fui até lá acompanhada de uma assistente social, imaginando encontrar uma criança tímida, talvez curiosa diante de uma visita diferente. O que encontrei foi uma presença que me desarmou. Ela não pediu doce, não quis saber quem eu era, não correu até o portão com aquela pressa leve que costuma marcar a infância. Permaneceu parada, com os braços cruzados sobre o peito, os pés firmes na terra batida, como se já soubesse que o mundo exige postura antes mesmo de oferecer acolhimento.

Quando me abaixei para ficar na altura do seu rosto e perguntei se ela gostava de desenhar, ela ergueu os olhos. Eram olhos escuros, fundos, marcados por um cansaço que não combinava com sua idade. Respondeu sem hesitar, com uma voz direta, sem rodeios, como quem aprendeu cedo que não há espaço para delicadeza quando a vida aperta: não tenho tempo, preciso ajudar minha mãe a pagar a luz.

Não foi apenas o que ela disse que me atravessou, foi a forma como disse. Não havia tristeza, nem revolta, nem pedido de ajuda. Havia naturalidade. A mesma naturalidade de quem repete aquela frase todos os dias, como parte de uma rotina já incorporada. Naquela noite, de volta à pousada no centro da cidade, o sono não veio. Foi ali que compreendi, com uma nitidez incômoda, que aquela criança já havia deixado a infância para trás, mesmo sem nunca tê-la vivido plenamente.

Duas semanas depois, ainda em Alegre, outra cena se impôs. Um menino de dez anos, descalço, caminhava pelos corredores de um supermercado de bairro na periferia sul. Não estava ali brincando nem pedindo algo. Trazia nas mãos uma pequena calculadora e um papel amassado onde anotava preços com atenção cuidadosa. Quando me aproximei, ele explicou que a avó precisava economizar, que o dinheiro do mês já não dava conta, e que ele havia sido encarregado de descobrir onde estava mais barato.

Falava com precisão sobre porcentagens, sabia comparar valores, entendia o peso de cada escolha. Dominava uma lógica que muitos adultos ainda aprendem com dificuldade. Quando perguntei qual era seu brinquedo favorito, fez-se um silêncio longo. Ele encolheu

os ombros, como quem não encontra a resposta não por esquecimento, mas por ausência. Disse apenas que nunca teve um.

Saí daquele supermercado olhando para a placa com o nome da cidade e me perguntei quantas outras crianças, naquele mesmo lugar que carrega no nome a ideia de alegria, já não sabiam mais o que significa viver uma infância de verdade.

Com o tempo, fui percebendo que essas histórias não eram exceções. Elas se repetiam em diferentes rostos, em diferentes casas, em diferentes contextos. Meninas muito novas já usando batom vermelho como parte de uma rotina incentivada ou imposta, como se a aparência adulta fosse um requisito precoce. Crianças falando de namoro como se fosse etapa obrigatória, repetindo gestos e discursos que não nasceram nelas. Corpos pequenos vestidos com roupas decotadas, moldadas por referências que não respeitam o tempo da infância. Cabelos carregados de creme, cuidadosamente arrumados para corresponder a uma imagem, como se desde cedo fosse preciso performar um lugar no mundo.

Nada disso vinha acompanhado de estranhamento. Ao contrário, era vivido com uma naturalidade que inquieta. Como se crescer antes do tempo fosse não apenas esperado, mas necessário.

Foi nesse acúmulo de experiências que a ideia central deste livro começou a se desenhar com mais clareza. No Brasil, a infância não está apenas sendo encurtada, ela está sendo atravessada por um processo silencioso e persistente de adultificação. Não se trata de amadurecimento saudável, aquele que respeita o tempo de cada fase, mas de um deslocamento forçado, em que crianças passam a assumir responsabilidades, comportamentos e preocupações que pertencem ao universo adulto.

Esse processo costuma ser confundido com virtude. Muitas vezes é elogiado, celebrado como sinal de força ou maturidade. No entanto, o que se esconde por trás disso são marcas profundas, ainda que nem sempre visíveis. Ansiedade, medos antecipados, dificuldades de pertencimento, uma pressa constante que impede o brincar, o imaginar, o errar sem consequências graves.

Em muitas realidades, crianças aprendem a lidar com contas antes de aprenderem a brincar, compreendem a lógica da escassez antes de experimentarem a leveza do tempo livre, assumem cuidados com a casa, com irmãos, com familiares adoecidos, enquanto a infância vai sendo empurrada para um lugar secundário, quase inexistente.

Os dados ajudam a dimensionar o que se vê nas ruas. Milhões de crianças brasileiras vivem em situação de pobreza, muitas em condições extremas, o que intensifica ainda mais esse processo de adultificação. Mas os números, por si só, não dão conta de traduzir

o que está em jogo. O que realmente revela a profundidade dessa realidade são os gestos, as falas, os silêncios, os olhares.

Este livro parte de uma compreensão que pode causar desconforto, mas que se impõe diante do que foi vivido e observado: o chamado amadurecimento precoce não é um sinal de preparo para a vida, mas um indício de falhas estruturais profundas. Não estamos formando crianças mais fortes, estamos, em muitos casos, retirando delas a possibilidade de viver plenamente aquilo que lhes é de direito.

Diante disso, uma pergunta insiste em permanecer: ainda há tempo de devolver a infância a quem nunca a teve?

A primeira resposta está nas próximas páginas. A segunda – se formos capazes de escutar – está nas milhares de crianças que já tentaram nos dizer algo, mas não tínhamos ouvidos para ouvir.

Este livro é uma tentativa de criar esses ouvidos.

Capítulo 1. A menina que sabia o preço do feijão

Ela se chamava Ana Clara. Tinha cabelos castanhos presos em dois coques desajeitados, unhas marcadas pela terra e um modo de andar que já não carregava a leveza esperada de uma criança de sete anos. Seus passos eram retos, contidos, como se desde cedo tivesse aprendido que até o corpo precisa economizar esforço.

Encontrei Ana Clara novamente na semana seguinte à primeira visita. Fui até sua casa, dois pequenos cômodos de tijolo à vista, piso de cimento queimado, uma lata azul com água logo na entrada. A mãe, dona Marlene, saía ainda de madrugada e só retornava à noite, depois de um dia inteiro de trabalho em uma casa de família no centro da cidade. O pai já não fazia parte daquela rotina desde que ela tinha três anos.

Foi a própria Ana Clara quem me recebeu.

Disse que eu podia entrar, com uma naturalidade que não combinava com a sua idade, apenas pedindo que eu não me sentasse no sofá, justificando que estava rasgado e que a mãe compraria outro quando sobrasse dinheiro. O sofá, no entanto, não estava rasgado. Estava gasto, manchado, mas inteiro. Ficou evidente que aquela fala não era improvisada. Era uma estratégia aprendida, uma forma de proteger a casa e a si mesma de qualquer constrangimento. Aos sete anos, ela já cuidava da imagem do próprio lar.

Em seguida, segurou minha mão e disse que precisava fazer a lista do mês. Pegou um caderno simples, abriu em uma página já marcada por outras anotações e começou a escrever com concentração. Arroz, feijão, óleo, sabão, leite, papel. Parava, pensava,

riscava, reescrevia. Quando chegou na carne, explicou que só levariam se o preço permitisse. Havia um limite muito claro, aprendido não em sala de aula, mas na prática dura da sobrevivência.

Perguntei se ela gostava de ajudar a mãe. Ela me olhou com estranhamento, como se a pergunta não fizesse sentido. Não se tratava de ajudar. Tratava-se de fazer. Se não houvesse lista, não haveria compra. Se não houvesse compra, não haveria comida. Naquele instante, ficou evidente que, para algumas crianças, não existe a ideia de colaboração leve ou eventual. Existe substituição. Enquanto a mãe trabalha, a criança assume, integralmente, o lugar que sobra.

Ana Clara sabia detalhes que muitas crianças jamais precisariam saber tão cedo. Sabia o preço do gás, o valor da conta de luz, o momento exato em que o dinheiro acabava antes do fim do mês. Sabia fazer contas de necessidade. O que ela não sabia era igualmente revelador. Não sabia nomear brinquedos, não falava de sonhos, não reconhecia cantigas infantis. Quando ouviu uma música típica da infância, reagiu com desinteresse, como se aquilo já não lhe pertencesse. Aos sete anos, havia se distanciado de tudo o que ainda deveria estar sendo descoberto.

Na mesma semana, em uma conversa com a direção da escola da região, outras camadas dessa realidade começaram a aparecer. Relatos de meninas cada vez mais novas usando maquiagem diariamente, não como brincadeira, mas como hábito incorporado. Batons vermelhos, delineadores, sombras coloridas, objetos que circulavam entre crianças muito pequenas, muitas vezes levados escondidos nas mochilas.

Havia também histórias de relações afetivas precoces, tratadas com naturalidade entre elas. Meninas de sete, oito, nove anos falando sobre namoros, sobre “ficar”, repetindo gestos e palavras que não nasceram de suas experiências, mas de referências adultas absorvidas cedo demais. Algumas já descreviam comportamentos que ultrapassavam o simples brincar de imitar, sem compreender plenamente o que estavam reproduzindo.

Chamava atenção também a forma como esses corpos infantis eram apresentados ao mundo. Roupas mais ajustadas, decotadas, escolhidas muitas vezes por adultos ou inspiradas em padrões externos. Cabelos cuidadosamente arrumados, frequentemente cobertos de creme, penteados com zelo para manter uma aparência considerada adequada, como se desde cedo fosse preciso atender a uma expectativa estética.

Nada disso vinha acompanhado de questionamento. Pelo contrário, era vivido como algo comum, esperado, parte da rotina.

Alegre, com sua praça central, sua igreja antiga e seu ritmo aparentemente tranquilo, revelava, ao mesmo tempo, outra face. Uma cidade onde crianças ainda correm atrás de

pombos nas manhãs de domingo, mas onde também há meninas que organizam listas de compra, que usam maquiagem antes mesmo de compreender o próprio corpo, que falam de namoro sem ter vivido plenamente a infância.

Não se trata de uma exceção. Trata-se de um reflexo.

Em um desses encontros, Ana Clara disse algo que permaneceu ecoando por muito tempo. Ao ser perguntada sobre o que gostava de fazer como criança, hesitou e respondeu que já não sabia mais. Atrás dela, o portão da escola permanecia fechado. Na parede, uma frase escrita à tinta chamava atenção, como um registro silencioso de tudo aquilo que não se ensina: ali se aprende muitas coisas, mas não necessariamente a ser criança.

Capítulo 2 – O menino que carregava o peso do mundo

Há um supermercado no bairro periférico de Alegre onde voltei a encontrar o menino da calculadora. Seu nome era Ryan. Tinha dez anos e continuava descalço, como na primeira vez em que o vi, caminhando entre as prateleiras com uma familiaridade que não era de quem passeia, mas de quem administra.

Ele estava diante do corredor de mantimentos quando me aproximei. Não parecia surpreso com a minha presença. Seus olhos percorriam os preços com atenção minuciosa, como se cada centavo carregasse uma consequência real.

Sem desviar o olhar, comentou que o açúcar havia aumentado. Disse o valor da semana anterior, comparou com o preço atual, calculou a diferença com rapidez. Trinta centavos. Para ele, aquilo não era detalhe. Era decisão. Era limite. Era o tipo de variação que define o que entra ou não na casa.

Perguntei, quase por impulso, se ele gostava de fazer aquilo. Pela primeira vez, ele me olhou diretamente. Não com irritação, mas com estranhamento, como se a pergunta estivesse deslocada da realidade.

Repetiu a palavra “gostar” com certa dificuldade, como quem tenta traduzir algo que não faz parte do seu cotidiano. Depois respondeu de forma simples: ele não fazia porque queria, fazia porque precisava.

Seguimos caminhando pelos corredores, e aos poucos sua rotina foi sendo revelada, não como um desabafo, mas como uma enumeração de tarefas que compõem o seu dia. Ryan morava com a avó, uma mulher que saía ainda de madrugada para trabalhar e retornava apenas à noite, exausta. O pai vivia em outra cidade e aparecia apenas de forma esporádica, geralmente por meio de algum dinheiro enviado sem regularidade. A mãe havia ido embora quando ele ainda era muito pequeno.

Perguntei quem cuidava dele.

Ele respondeu com naturalidade que cuidava de si mesmo.

Acordava sozinho, organizava-se para a escola, voltava para casa, preparava a própria comida, mantinha o ambiente minimamente arrumado e ainda ajudava a avó com os remédios, respeitando horários, dosagens, orientações médicas que ele aprendeu a acompanhar sem nunca ter sido preparado para isso.

Ryan sabia cozinhar o básico necessário para sobreviver. Sabia identificar alimentos vencidos, sabia economizar energia elétrica, sabia que deixar a geladeira aberta por muito tempo poderia pesar na conta do fim do mês. Sabia, sobretudo, que qualquer descuido teria impacto direto na vida deles.

Mas havia ausências que falavam mais alto do que qualquer conhecimento precoce. Ele não reconhecia personagens de desenhos animados, não mencionava brincadeiras, não demonstrava repertório típico da infância. Seu universo era outro, construído a partir da urgência.

Enquanto ele me contava tudo isso, pensei nos números que costumam aparecer nos relatórios oficiais, números que tentam dar conta de realidades como a dele. Milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no país, muitos deles envolvidos justamente em atividades domésticas e no cuidado de outras pessoas. Um tipo de trabalho silencioso, invisível, que não gera renda direta e, por isso mesmo, passa despercebido aos olhos de quem olha de fora.

Ryan não conhece essas estatísticas. Ele não se reconhece como parte de um problema social mais amplo. Para ele, aquela é apenas a vida como ela se apresenta.

Antes de sairmos do supermercado, fiz uma pergunta que, àquela altura, já carregava outro peso. Perguntei o que ele queria ser quando crescesse.

Ele respondeu que não sabia.

Insisti, perguntando por que nunca havia pensado nisso.

A resposta veio sem hesitação: primeiro era preciso sobreviver, depois se pensaria no resto.

Havia uma lógica dura naquela fala, uma inversão silenciosa de prioridades que não deveria existir na vida de uma criança. O futuro, que costuma ser espaço de sonho, ali era adiado em função da urgência do presente.

Já próximos da saída, ele se virou e acrescentou algo que não havia sido perguntado.

Disse que o mais difícil não era fazer tudo aquilo. Disse que já estava acostumado. O que mais o incomodava era outra coisa: o fato de ninguém perguntar, de ninguém olhar com

atenção. As pessoas viam um menino no supermercado e presumiam que ele estava apenas ajudando em casa. Ninguém parava para saber se estava tudo bem. Essa invisibilidade talvez seja uma das faces mais cruéis dessa realidade.

Capítulo 3. O Roubo Da Infância

Em Alegre, como em tantas outras cidades, a infância vem sendo transformada de maneira silenciosa. Não por uma única causa, mas por um conjunto de fatores que se entrelaçam. Entre eles, há um elemento que se tornou cada vez mais presente no cotidiano das crianças: a tela do celular.

Para muitas delas, o primeiro contato com o mundo não acontece mais por meio de brinquedos tradicionais, mas através de um dispositivo pequeno, luminoso, sempre disponível. Uma tela que chama, que prende, que ocupa o tempo e, muitas vezes, substitui outras experiências.

Ana Clara, por exemplo, teve acesso ao primeiro celular ainda muito pequena. Não era um aparelho novo, nem sofisticado, mas era suficiente para acessar vídeos. A explicação que ela deu para isso não carregava crítica, apenas constatação. O celular ajudava a mantê-la quieta enquanto a mãe trabalhava. Era uma solução prática dentro de uma rotina difícil.

Esse cenário não é isolado. Para muitas famílias, o celular se tornou uma ferramenta de organização da vida cotidiana. Garante silêncio, mantém a criança dentro de casa, reduz riscos imediatos. No entanto, essa solução traz consigo efeitos que começam a aparecer de forma cada vez mais evidente.

O acesso à internet acontece cada vez mais cedo, e com ele vem a exposição a conteúdos que não foram pensados para crianças, mas que estão disponíveis de forma ampla e pouco filtrada.

Em uma conversa com algumas meninas da escola, esse aspecto apareceu com clareza. Quando perguntei o que costumavam assistir, as respostas vieram de forma espontânea. Vídeos de dança, influenciadoras, conteúdos que valorizam o corpo, a aparência, a performance. Meninas muito novas reproduzindo movimentos, roupas, gestos que observam na tela, incorporando referências que antecipam etapas do desenvolvimento.

Outras mencionaram vídeos de casais, cenas de afeto que, aos poucos, se tornam mais explícitas. Algumas falas vinham acompanhadas de risos, outras de silêncio. Havia também aquilo que não era dito diretamente, mas que se insinuava nas pausas, nos olhares, na hesitação.

Quando o tema da pornografia surgiu, não houve respostas imediatas. O silêncio ocupou o espaço antes das palavras. E, quando uma delas finalmente falou, foi para dizer que já havia visto algo e que aquilo tinha sido pesado.

Essa palavra, dita por uma criança, carrega uma densidade difícil de ignorar.

O que se percebe, ao reunir essas histórias, é que a infância não está apenas sendo encurtada pelas condições materiais, pela pobreza ou pela necessidade de assumir responsabilidades precoces. Ela também está sendo atravessada por uma exposição antecipada a conteúdos, imagens e expectativas que pertencem ao universo adulto.

Entre listas de compras, cuidados domésticos, maquiagem precoce, namoros infantis, roupas que não respeitam o tempo do corpo e telas que mostram mais do que deveriam, vai se desenhando um cenário em que ser criança deixa de ser uma etapa vivida plenamente e passa a ser algo interrompido, fragmentado, muitas vezes invisível.

E, no meio disso tudo, permanece a mesma pergunta, insistente e necessária: quem está olhando para essas crianças de verdade?

A palavra escolhida por uma criança de nove anos para descrever algo que nunca deveria ter atravessado o seu olhar ainda ecoa. Não pelo impacto imediato, mas pela naturalidade com que foi dita, como se já houvesse, ali, uma tentativa de dar nome a algo que não cabia em sua experiência.

Não se trata de um caso isolado.

Hoje, o acesso a conteúdos inadequados não depende mais de busca. Não exige curiosidade ativa nem transgressão deliberada. Os próprios sistemas entregam, sugerem, insistem. A criança não precisa procurar, basta permanecer. Basta assistir a um vídeo, depois outro, e mais outro, até que, sem perceber, já esteja imersa em um fluxo contínuo de imagens, discursos e referências que ultrapassam sua capacidade de compreensão.

As marcas desse processo raramente aparecem de forma explícita. Não surgem imediatamente em avaliações escolares, nem se traduzem sempre em comportamentos considerados problemáticos. Muitas vezes, manifestam-se de maneira silenciosa, em pequenas mudanças de humor, em inquietações difíceis de explicar, em uma ansiedade que não encontra nome, em irritações frequentes, na dificuldade de se concentrar, na comparação constante com imagens idealizadas, na insatisfação precoce com o próprio corpo.

Há estudos que começam a apontar para a profundidade desse impacto. Pesquisas recentes indicam que jovens que tiveram acesso muito cedo a dispositivos digitais apresentam níveis significativamente mais altos de sofrimento emocional na vida adulta. A questão não está apenas no tempo de uso, mas no momento em que esse uso se inicia.

Uma criança muito pequena ainda está construindo suas primeiras referências de mundo. Está aprendendo a diferenciar fantasia e realidade, a compreender limites, a formar a própria identidade. Quando esse processo acontece sob a influência intensa de imagens, padrões e narrativas externas, muitas vezes distorcidas, o desenvolvimento passa a ser atravessado por expectativas que não pertencem à infância.

O que deveria ser descoberta se transforma em comparação. O que deveria ser construção interna passa a ser moldado por validações externas.

Na última noite em Alegre, voltei à casa de Ana Clara. Era noite, e a mãe ainda não havia retornado do trabalho. A casa estava silenciosa. Ela estava sentada no sofá, com o corpo quieto, os olhos completamente absorvidos pela tela do celular.

Perguntei se já iria dormir. Ela respondeu que não, que ainda estava vendo vídeos.

Virou o aparelho em minha direção. Na tela, uma jovem dançava ao som de uma música alta, repetindo uma coreografia marcada, com movimentos ensaiados, olhar direcionado para a câmera, consciente de quem a assiste.

Antes que eu dissesse qualquer coisa, Ana Clara afirmou que queria ser igual.

A frase veio sem hesitação, carregada de convicção. Não era apenas admiração. Era intenção. Era projeto.

Tentei dizer que ela já era bonita, que não precisava reproduzir aquilo para ser reconhecida. Ela me olhou com uma mistura de impaciência e certeza, como se eu estivesse ignorando uma regra básica do mundo em que ela já havia se inserido.

Respondeu que era assim que se conseguia atenção, que era assim que se ganhava visibilidade, que todos sabiam disso.

Essa ideia, dita com tanta segurança por uma criança, revela o quanto a lógica da validação digital já foi incorporada. Não se trata mais de brincar de ser alguém, de experimentar papéis de forma lúdica. Trata-se de performar para ser visto, de se ajustar a um modelo que promete reconhecimento.

Nesse cenário, a infância não desaparece de forma brusca. Ela vai sendo substituída aos poucos. Substituída por métricas, por curtidas, por visualizações, por uma necessidade constante de aprovação que se instala antes mesmo da construção de uma identidade mais sólida.

Não se trata de atribuir à tecnologia toda a responsabilidade. O celular, por si só, não é o problema. Ele cumpre funções importantes, especialmente em contextos onde as famílias enfrentam rotinas exaustivas e precisam de estratégias para organizar o cotidiano.

Mas, quando esse dispositivo se torna a principal mediação entre a criança e o mundo, sem acompanhamento, sem diálogo, sem orientação, ele passa a ocupar um lugar que antes era compartilhado com outras experiências fundamentais.

Hoje, a formação das crianças não acontece apenas no espaço da família ou da escola. Há uma presença constante de sistemas que selecionam conteúdos, que direcionam interesses, que influenciam comportamentos. E esses sistemas não estão comprometidos com o desenvolvimento infantil. Estão orientados por lógica de engajamento, de permanência, de retenção de atenção.

Diante disso, o desafio que se apresenta é complexo. Não se trata de proibir simplesmente, nem de permitir sem limites. Trata-se de encontrar caminhos possíveis de mediação, de construir uma relação mais consciente com a tecnologia, de criar espaços de conversa sobre o que se vê, sobre o que se sente, sobre o que se reproduz.

Algumas escolas já começam a ensaiar respostas, incorporando a educação digital de forma crítica, promovendo discussões sobre consumo de conteúdo, incentivando produções que tenham sentido e intencionalidade, estabelecendo combinados coletivos que ajudam a criar limites mais claros.

Ainda assim, essas iniciativas caminham em um ritmo muito mais lento do que a velocidade com que as transformações acontecem.

Enquanto isso, crianças como Ana Clara seguem navegando praticamente sozinhas por um universo que não foi pensado para elas. Aprendem por tentativa, por repetição, por exposição contínua. E, nesse percurso, vão deixando partes da infância pelo caminho, muitas vezes sem perceber que algo lhes foi retirado.

Capítulo 4 – O que o Conselho Tutelar não dá conta

Na sede do Conselho Tutelar de Alegre, o tempo não parece obedecer ao ritmo comum dos dias. Ele não se arrasta, não se organiza em pausas previsíveis. Ele corre, atravessa portas, interrompe conversas, acumula urgências.

A coordenadora me recebeu entre um atendimento e outro. A agenda estava cheia, como sempre. O olhar, cansado, não era de quem se acostumou, mas de quem continua sendo atravessada por cada história, mesmo depois de tantas. Ainda assim, não havia espaço para parar.

Ela resumiu o trabalho em quatro frentes: evasão escolar, abandono, maus-tratos e abuso sexual. Quatro categorias que, na prática, se multiplicam em dezenas de situações

diferentes a cada semana, cada uma com sua própria complexidade, seus próprios riscos, suas próprias urgências.

A equipe é pequena. Cinco conselheiras para atender toda a cidade. Em média, cinquenta atendimentos por semana. Dez para cada uma. Dois por dia, no mínimo. Mas os números não conseguem traduzir o que cada caso exige. Não se trata apenas de ouvir. É preciso compreender, investigar, encaminhar, articular com outros serviços, registrar, acompanhar e, muitas vezes, retornar, porque a história não se encerra na primeira escuta. Acompanhei um dia inteiro de trabalho.

Logo pela manhã, uma professora chega preocupada. Traz o caso de uma aluna de nove anos com marcas no braço e um histórico recente de faltas. A suspeita se instala, mas a confirmação não é simples. É preciso cuidado ao abordar a família, cautela para não expor a criança a mais riscos, agilidade sem precipitação. Cada passo precisa ser pensado, porque qualquer erro pode agravar uma situação que já é delicada.

Mais tarde, uma mãe entra aflita, segurando o filho pela mão. Diz que ele está fora de controle. A expressão é comum, mas o significado nunca é simples. Aos poucos, a história se revela: o menino sofre bullying na escola, reage com agressividade, já não quer voltar para a sala de aula. A indicação de apoio psicológico surge como caminho necessário, quase inevitável. Mas esbarra em uma realidade conhecida. A fila de espera é longa. Meses de espera para uma criança que já demonstra sinais claros de sofrimento.

No início da tarde, chega uma denúncia anônima. Uma menina de oito anos pode estar sendo abusada dentro de casa. Nesse momento, não há espaço para demora. O Conselho aciona a polícia. A urgência se impõe sobre tudo o mais. Enquanto aquela situação é tratada, outras ficam suspensas, aguardando. É uma escolha constante, inevitável: atender o que é mais grave naquele instante, mesmo sabendo que o que fica para depois também carrega risco.

Essa dinâmica revela um limite que nem sempre é visível para quem observa de fora. O Conselho Tutelar não tem poder para resolver as causas estruturais que atravessam essas histórias. Não resolve a pobreza, não garante emprego, não recompõe vínculos familiares rompidos, não supre a ausência de políticas públicas suficientes. Atua onde o problema já se tornou concreto, onde a infância já foi, de alguma forma, atingida.

Ao final do dia, a coordenadora me chamou para conversar com mais calma. A sala estava silenciosa, mas o peso do que havia sido vivido ainda permanecia no ambiente. Havia papéis sobre a mesa, registros que precisavam ser concluídos, encaminhamentos a serem feitos. O expediente se aproximava do fim, mas o trabalho não.

Ela me disse, com uma pausa que carregava mais do que as palavras, que o mais difícil não era o volume de casos. Era a consciência de que, em muitos deles, a intervenção chega tarde.

Contou a história de uma menina de dez anos que, durante dois anos, foi vítima de abuso dentro da própria casa. Quando o Conselho conseguiu intervir, o agressor já não estava mais ali. Havia desaparecido. A menina, naquele momento, estava grávida.

Não havia, na fala, uma tentativa de justificar. Havia um reconhecimento duro dos limites. Tudo o que era possível dentro da estrutura disponível havia sido feito. Ainda assim, não foi suficiente. Faltou tempo. Faltou equipe. Faltou estrutura. Faltaram condições para agir antes que a situação se agravasse.

Essa constatação revela algo fundamental. O Conselho Tutelar é, muitas vezes, o último ponto de proteção antes do colapso, mas não deveria ser o primeiro contato da criança com a rede de cuidado. A proteção precisa acontecer antes, de forma preventiva, articulada, contínua.

Depende da escola que percebe e acolhe, da saúde que acompanha, da assistência social que chega às famílias, de políticas públicas que funcionem de maneira integrada. Depende de presença real, consistente, que não se limite ao momento da crise.

Porque, quando essa presença falha, quem paga o preço são as crianças.

E esse preço, quase sempre, é alto demais. Ao sair dali, levei comigo uma sensação difícil de traduzir completamente. As conselheiras seguem fazendo o que está ao alcance delas. Escutam, encaminham, protegem, retornam. Mas trabalham contra algo que não conseguem controlar: o tempo que falta, a estrutura que não chega, as demandas que não param de crescer. Do lado de fora, a cidade segue seu ritmo. As ruas continuam cheias, as casas permanecem habitadas, as histórias continuam acontecendo.

Algumas serão interrompidas a tempo. Outras não. E é nesse intervalo, entre aquilo que ainda pode ser cuidado e aquilo que já se tornou irreversível, que se revela, com mais força, tudo o que ainda precisa ser transformado.

Capítulo 5. A escola que resiste

Em uma escola pública de Alegre, no interior do Espírito Santo, a professora, chamemo-la de Camilla, iniciou a aula de um modo que, à primeira vista, poderia passar despercebido. Não pediu que abrissem o livro, não exigiu silêncio imediato, não começou pelo conteúdo. Em vez disso, puxou uma cadeira, sentou-se ao nível das crianças e organizou a sala em roda.

Era uma roda de escuta.

A pergunta que lançou ao grupo parecia simples, quase corriqueira fora daquele espaço, mas ali carregava um peso diferente. Perguntou como eles estavam. Não como rotina automática, mas como quem realmente espera a resposta.

Durante alguns segundos, ninguém falou. Não por medo, mas por surpresa. Nem sempre há tempo para sentir dentro da escola, nem sempre há espaço para dizer o que não está no caderno. Até que uma menina de oito anos levantou a mão e disse, com voz baixa, que estava triste porque a avó estava doente.

O silêncio que se seguiu não foi constrangedor. Foi um silêncio atento, compartilhado. Camilla não interrompeu, não corrigiu, não tentou transformar a fala em conteúdo pedagógico. Apenas escutou. E, ao escutar, permitiu que a turma também escutasse.

Algumas crianças abaixaram a cabeça, outras olharam para a colega com uma empatia ainda em construção, mas já presente. Um menino sussurrou um “melhoras” quase inaudível. Outra menina se aproximou e segurou a mão da colega por alguns instantes, num gesto simples, mas cheio de significado.

Naquele momento, algo essencial aconteceu. A escola deixou de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdo e se tornou, ainda que por alguns minutos, um espaço de humanidade.

Depois disso, a aula seguiu. Mas não era mais a mesma aula. Porque, quando uma criança é ouvida, ela não apenas fala. Ela se reconhece. E, ao se reconhecer, se abre para aprender. Ao longo da pesquisa, fui encontrando diferentes formas de escola.

Há escolas que desistiram, ainda que continuem funcionando. Os portões se abrem, os alunos entram, os horários são cumpridos, mas algo se perdeu. O ensino acontece de maneira mecânica, distante da realidade dos estudantes. O vínculo se enfraqueceu, mesmo que ninguém tenha nomeado isso diretamente.

Há escolas que sobrevivem. Professores se esforçam, gestores organizam o possível, projetos surgem quando há fôlego e desaparecem quando ele se esgota. Existe compromisso, existe trabalho, mas também há desgaste. Sobreviver exige energia constante, e nem sempre ela está disponível.

E há as escolas que resistem.

Essas não necessariamente têm mais recursos, nem contam com condições ideais. O que as diferencia não é um método fechado ou um material específico. É uma escolha cotidiana, uma postura diante daquilo que significa educar.

Nessas escolas, o acolhimento vem antes do conteúdo. A escuta não é um detalhe, é ponto de partida. A roda no início da aula não é perda de tempo, é um diagnóstico sensível de

quem está presente naquele dia. Quem chegou cansado, quem está com fome, quem traz um conflito, quem precisa falar, quem precisa de silêncio.

Sem esse reconhecimento, o conteúdo corre o risco de não alcançar ninguém.

Outra marca dessas escolas é a devolução do brincar. Em um dos contextos observados, a gestão decidiu ampliar o tempo de recreio e inserir atividades lúdicas de forma estruturada no cotidiano escolar. Jogos, circuitos, propostas coletivas que estimulavam o movimento, a imaginação e a convivência.

Os efeitos apareceram rapidamente. Os conflitos diminuíram, as interações se tornaram mais equilibradas, e, de maneira significativa, o desempenho acadêmico melhorou. Porque brincar não se opõe ao aprender. Ao contrário, sustenta o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Há também um esforço consciente de aproximar a família. Não apenas por meio de reuniões formais, muitas vezes inacessíveis, mas por estratégias que respeitam a realidade das pessoas. Encontros em diferentes horários, conversas informais, presença em espaços onde as famílias estão. Aos poucos, a escola deixa de ser vista como um lugar distante e passa a fazer parte da vida da comunidade.

Outro ponto importante é a relação com a tecnologia. Nessas escolas, o celular não é ignorado, mas também não é tratado como inimigo absoluto. Existem limites claros, combinados coletivamente. Mas, além disso, há diálogo. Discute-se o que se consome, o que se produz, o que se compartilha. A tecnologia deixa de ser apenas distração e passa a ser ferramenta de reflexão.

Foi nesse contexto que uma aluna de dez anos, Sofia, compartilhou algo que traduz bem esse processo. Disse que antes queria ser “likeira”. Era esse o projeto que havia construído a partir das referências que tinha. Mas, depois de algumas conversas e atividades propostas pela professora, começou a repensar.

Quando perguntei o que queria ser agora, respondeu que queria ser professora, como Camilla.

Essa resposta carrega mais do que uma mudança de ideia. Revela identificação, reconhecimento, possibilidade. Quando uma criança passa a se ver em alguém que está diante dela, algo fundamental acontece: o futuro deixa de ser abstrato e passa a ser imaginável.

Essas experiências mostram que a escola pode, mesmo em contextos marcados por dificuldades, se tornar um espaço de ruptura. Não de forma automática, nem sem esforço, mas a partir de decisões concretas, repetidas no cotidiano.

Cada criança chega à escola trazendo uma história. Algumas carregam responsabilidades que não deveriam ser suas. Outras convivem com ausências, medos, inseguranças. Outras ainda constroem seus sonhos a partir de referências limitadas.

A escola que resiste não ignora essas condições. Também não as transforma em destino. Ela intervém, cria espaços de fala, amplia horizontes, apresenta outras possibilidades.

Camilla continua iniciando suas aulas com a mesma pergunta.

Como vocês estão hoje?

Pode parecer pouco. Mas, em contextos onde tantas crianças não são ouvidas, essa pergunta se torna um gesto profundo. Porque escutar uma criança é reconhecê-la como sujeito. E reconhecer é o primeiro passo para qualquer transformação.

Talvez não seja um gesto suficiente para mudar todas as trajetórias. Mas, para aquela menina que encontrou espaço para dizer que estava triste, fez diferença. Para Sofia, que passou a imaginar outro futuro, fez diferença. Para tantas outras crianças que, aos poucos, começam a se sentir vistas, também faz.

E quando a escola consegue produzir esse tipo de diferença, ela deixa de ser apenas um lugar de passagem. Torna-se um ponto de virada, um espaço onde, apesar das dificuldades, ainda é possível construir outras histórias, outros caminhos, outros futuros, mesmo quando o mundo lá fora insiste em limitar essas possibilidades.

Capítulo 6 . Meninas-mãe, meninos-pai

Maria Eduarda tem 11 anos. O nome é comum, mas a história está longe de ser. Aos 11, ela já carrega nas mãos pequenas o peso de uma rotina que não cabe na infância. Cuida da avó de 73 anos, que depende de remédios e de alguém que lembre os horários. Cuida também de dois irmãos menores, Fábio e Lucas, que ainda precisam de colo, de orientação, de presença. A mãe sai cedo e volta tarde, trabalhando em duas casas de família, limpando, organizando, cuidando do que não é seu para garantir o mínimo do que é.

Do pai, pouco se sabe. Uma ausência que não é apenas física, mas estrutural, uma lacuna que se repete em tantas outras histórias, onde o abandono não é exceção, é padrão.

Maria Eduarda acorda às 5h40. Prepara o leite para os irmãos, ajuda a vesti-los, leva-os à escola. Volta para casa, cuida da avó, organiza o almoço, lava a louça, arruma o que for possível. Depois busca os irmãos, prepara a janta, dá banho, coloca para dormir. Só então tenta fazer a própria lição, se ainda houver tempo.

Ela relata essa rotina sem dramatização, como quem descreve algo que sempre foi assim. Não há revolta, não há queixa, há apenas constatação. Como se nunca tivesse existido espaço para questionar.

Quando pergunto se ela gosta de fazer tudo isso, o silêncio que surge não é vazio. É denso. É um silêncio que revela o que nunca foi colocado em palavras.

Ela responde que gostar é para quem tem escolha.

A frase não vem carregada de dureza, mas de lucidez. Aos 11 anos, Maria Eduarda já compreende algo que muitos adultos ainda evitam encarar: nem todas as vidas são construídas a partir de escolhas. Algumas são moldadas pela necessidade, pela ausência de alternativas, pela urgência de garantir o básico.

Nesse contexto, a infância não desaparece de uma vez. Ela vai sendo substituída aos poucos. Primeiro, com pequenas tarefas. Depois, com responsabilidades maiores. Até que a criança deixa de ocupar esse lugar sem que ninguém perceba o momento exato em que isso aconteceu.

Ela passa a funcionar, a resolver, a sustentar o cotidiano.

Mas quem sustenta Maria Eduarda?

Enquanto isso, em outra dimensão dessa mesma realidade, outras meninas também atravessam processos de adultização precoce, agora marcados pela maternidade. Em 2024, mais de quinze mil meninas entre 10 e 14 anos deram à luz no Brasil. São dezenas de infâncias interrompidas todos os dias por uma experiência que exige uma maturidade que ainda está em construção.

No Espírito Santo, os números também revelam essa realidade. Mas, mais do que os dados, importam as histórias que eles carregam. Cada número representa uma menina que, muitas vezes, ainda está no ensino fundamental, que ainda está descobrindo o próprio corpo, que vive em contextos de vulnerabilidade, com acesso limitado a direitos básicos e, em muitos casos, atravessada por situações de violência.

Essas meninas deixam de ser vistas como crianças e passam a ocupar um lugar de responsabilidade. Tornam-se mães antes de terem sido plenamente filhas. Assumem cuidados antes de terem sido cuidadas.

Assim como Maria Eduarda, aprendem cedo que a vida nem sempre oferece caminhos de escolha.

O que se observa não são casos isolados, mas padrões que atravessam gerações. A mãe de Maria Eduarda também viveu esse processo. Engravidou ainda adolescente, não concluiu os estudos, precisou trabalhar cedo, assumiu responsabilidades que ultrapassavam sua idade.

A pergunta que surge é inevitável: o que poderia ter sido diferente?

Essa não é apenas uma questão individual. É uma questão social. Porque o que se repete não é coincidência, é consequência. Consequência da falta de acesso a uma educação de qualidade, da ausência de políticas efetivas de proteção à infância, da precarização do trabalho, da invisibilidade de determinadas populações.

Quando uma menina engravida aos 12 anos, não se trata apenas de uma história pessoal. É um sinal de que há falhas profundas no sistema de garantia de direitos.

Romper esse ciclo exige mais do que boa vontade. Exige condições concretas.

A educação tem papel central, mas não qualquer educação. É preciso uma escola que acolha, que compreenda as diferentes realidades, que não exclua de forma silenciosa aqueles que mais precisam permanecer. Uma escola que reconheça que Maria Eduarda não chega nas mesmas condições que outras crianças e que, por isso, precisa de apoio, não de julgamento.

O trabalho também precisa ser repensado. Não basta existir emprego, é necessário que ele seja digno, que permita às famílias viver com o mínimo de estabilidade. Quando uma mãe precisa se dividir entre dois trabalhos para garantir a sobrevivência, algo está profundamente desajustado.

A presença de creches públicas de qualidade é outro ponto decisivo. Elas permitem que mães estudem, trabalhem, reorganizem suas trajetórias. Garantem que o cuidado com as crianças não recaia sobre outras crianças.

Políticas públicas consistentes, contínuas, articuladas entre diferentes áreas são fundamentais. Não como respostas pontuais, mas como estratégias de longo prazo.

E, acima de tudo, a presença do Estado.

Onde o Estado não chega, a desigualdade se aprofunda. A ausência não é neutra. Ela produz consequências, perpetua ciclos, naturaliza o que não deveria ser aceito.

Maria Eduarda continua acordando às 5h40. Continua cuidando da casa, dos irmãos, da avó. Continua tentando equilibrar o tempo entre responsabilidades que não deveriam ser suas e a escola que ainda insiste em permanecer.

Mas a questão central não é sobre a força dela.

É sobre responsabilidade coletiva.

Quantas outras Marias Eduardas existem? Quantas meninas vivem infâncias atravessadas pela falta de escolha? Quantas ainda aguardam não alguém que as alcance individualmente, mas um sistema que caminhe ao lado delas?

Nenhuma criança deveria aprender tão cedo que gostar depende de ter escolha.

E nenhuma sociedade pode se considerar justa enquanto essa ideia continuar fazendo sentido.

Capítulo 7 – A adultização precoce por parte das crianças

No banheiro da escola, entre espelhos riscados e vozes que se sobrepõem, a infância parece deslocada de lugar. Meninas de seis, sete, oito anos se alinham diante da pia como se aquele fosse um espaço de preparação para algo maior, como se o simples ato de estar ali exigisse delas uma versão mais pronta, mais acabada, mais próxima do que aprenderam a reconhecer como bonito.

Elas abrem pequenos estojos, trocam produtos, observam umas às outras com atenção. Há concentração nos gestos, uma espécie de ritual silencioso que se repete todos os dias. Não é improvisado. É prática.

Vitória, de sete anos, segura o pincel com firmeza. Espalha a base no rosto, tenta acertar o traço do delineador, pisca várias vezes ao passar o rímel, finaliza com um batom vermelho que contrasta com a pele ainda marcada pela infância. Aproxima o rosto do espelho, afasta, observa de novo, como se buscasse confirmação.

Pergunto quem ensinou.

Ela responde sem pensar muito. Diz que aprendeu vendo vídeos. Fala de uma menina mais velha, que ensina maquiagem, que é bonita, que tem muitos seguidores. Diz que gosta de assistir, que tenta fazer igual.

Pergunto se ela acha que precisa daquilo para ser bonita.

A resposta vem rápida, quase automática. Diz que sim. Diz que toda mocinha usa.

A palavra não escapa por acaso. Mocinha.

Não menina. Não criança.

Há ali uma mudança silenciosa de identidade. Vitória não se vê mais no lugar da infância. Já se reconhece em outro espaço, construído a partir de imagens que chegam até ela todos os dias.

Em outro canto da escola, os cabelos contam outra história. Penteados firmes, alinhados, rígidos. Muitas meninas usam uma mistura de gelatina com água quente para manter os fios no lugar o dia inteiro. O cabelo não se move. Permanece como foi moldado pela manhã.

Uma mãe explica que faz isso toda semana. Diz que dá trabalho, mas que o resultado compensa. O cabelo fica bonito, arrumado, controlado.

Pergunto se dói.

Ela responde que sim, que na hora de pentear machuca um pouco, que as meninas reclamam, mas que depois passa.

A dor aparece como detalhe. Como parte do processo. Como algo pequeno diante da necessidade de estar adequada.

Aquele cabelo endurecido é mais do que estética. É contenção. É forma. É disciplina imposta ao corpo.

No pátio, durante o intervalo, outras conversas acontecem. Três meninas, entre nove e dez anos, falam entre si com a mesma leveza de quem compartilha qualquer outra experiência do dia.

Capítulo 8 – Alegre, Brasil: o retrato de uma nação

Alegre tem 30.768 habitantes. O nome carrega uma promessa simples, quase delicada, como se anunciasse um lugar onde a vida pudesse seguir em ritmo tranquilo, onde a infância tivesse espaço para acontecer sem pressa. Mas, como tantas promessas no Brasil, ela não se cumpre para todos.

Alegre é também o lugar onde uma menina de sete anos aprende a organizar a lista do mês antes de aprender plenamente o que significa brincar sem preocupação. É onde o preço do arroz, do feijão e do leite entra cedo demais no vocabulário infantil. Onde o caderno de matemática divide espaço com a conta de luz, e a soma deixa de ser apenas um exercício escolar para se tornar uma necessidade concreta.

É o lugar onde meninas de cinco anos passam batom antes mesmo de escreverem o próprio nome com segurança. Onde o espelho chega antes do brinquedo. Onde o corpo é observado, corrigido, preparado, antes mesmo de ser compreendido.

É o lugar onde meninas de nove anos dizem, em voz baixa, que já fizeram mais do que deveriam sequer conhecer. E a frase, dita quase como quem compartilha um segredo comum, carrega um peso que nenhuma infância deveria sustentar.

É o lugar onde o Conselho Tutelar atende dezenas de casos por semana, onde cada porta aberta revela uma história que poderia ter seguido outro caminho, se tivesse havido tempo, estrutura, presença.

É também o lugar onde a escola resiste. Resiste mesmo quando parece estar sozinha. Sozinha diante da fome que chega silenciosa na sala de aula. Sozinha diante da violência que não começa nem termina nos muros da escola. Sozinha diante da ausência, que se

manifesta em olhares cansados, em silêncios prolongados, em responsabilidades que chegam cedo demais.

E, ainda assim, resiste.

Alegre não é exceção. Alegre é espelho.

Espelho de um país que, pouco a pouco, foi naturalizando o que não deveria ser aceitável. Espelho de uma sociedade que, muitas vezes, enxerga essas crianças, mas não as vê de fato. Espelho de um sistema que reage quando a situação já se agravou, mas que ainda encontra dificuldades para prevenir.

Olhar para Alegre é olhar para o Brasil. E o que se revela não é um problema isolado, nem um conjunto de casos pontuais. É um fenômeno complexo, persistente, atravessado por múltiplas causas que se entrelaçam.

A adultização precoce não nasce de um único fator. Ela se constrói a partir de camadas. E cada camada expõe uma falha.

A primeira dessas camadas é a pobreza. Milhões de crianças brasileiras vivem em condições que exigem delas uma participação ativa na manutenção da própria sobrevivência. Não se trata apenas de trabalhar no sentido formal. Trata-se de assumir responsabilidades que consomem tempo, energia, atenção. A criança que precisa contribuir para o funcionamento da casa não perde apenas tempo de estudo. Perde tempo de ser. Aprende cedo que viver é produzir, que descansar é um luxo, que brincar é secundário. E, quando isso acontece, a infância deixa de ser vivida como etapa e passa a ser sentida como ausência.

A segunda camada é a fragilidade das estruturas familiares, muitas vezes sustentadas por mulheres que acumulam jornadas, funções e responsabilidades. São mães que saem cedo, voltam tarde, que fazem o possível dentro de limites muito estreitos. Não se trata de falta de cuidado, mas de falta de condições. E, quando o apoio não chega, quando a rede não sustenta, as crianças ocupam os espaços que ficam vazios. Cuidam de irmãos, organizam a casa, silenciam necessidades. A ausência, nesse contexto, não é apenas de uma figura. É de tempo, de presença, de disponibilidade.

A terceira camada é a exposição digital. A infância, que antes se desenhava no quintal, na rua, na interação direta, hoje também se constrói na tela. E a tela ensina. Apresenta padrões, sugere comportamentos, oferece reconhecimento imediato. A criança não apenas consome conteúdo. Ela se compara, se avalia, se projeta. Aprende que ser vista é importante, que ser validada é necessário. E, nesse processo, passa a viver não apenas a própria experiência, mas a expectativa do olhar do outro.

A quarta camada é a adultização estética e sexual. Meninas que aprendem cedo que o valor está na aparência, no corpo, na capacidade de agradar. Que ser bonita é ser reconhecida. Que crescer rápido é desejável. Mas o tempo da infância não foi feito para ser acelerado. Quando isso acontece, o que se perde não retorna. Porque não se trata apenas de antecipar fases. Trata-se de atravessá-las sem o preparo necessário.

A quinta camada é a proteção que não alcança. As políticas existem, as estruturas existem, mas muitas vezes não chegam com a rapidez e a abrangência necessárias. Há um intervalo entre o direito garantido e o direito efetivado. E é nesse intervalo que muitas infâncias se perdem. Algumas nunca chegam aos registros. Permanecem invisíveis, silenciadas dentro de casas, de rotinas, de histórias que não ganham voz.

Ao longo desse percurso, as estatísticas deixaram de ser apenas números. Ganharam rosto, nome, voz.

Ana Clara, aos sete anos, disse que não sabia mais o que era ser criança. A frase não deveria existir, mas existe, e ao existir revela um esvaziamento profundo.

Ryan, aos dez, disse que ninguém pergunta, ninguém olha. Aqui, a ausência não é material. É relacional. É a falta de reconhecimento.

Maria Eduarda, aos onze, afirmou que gostar é para quem tem escolha. Uma compreensão precoce de que a vida nem sempre oferece alternativas.

Fernanda, aos dez, disse que queria que alguém perguntasse o que ela quer. Um pedido simples, mas que revela a necessidade de ser vista como sujeito.

Essas falas não são exceções. São sínteses. Dizem, em poucas palavras, aquilo que os dados não conseguem traduzir completamente.

Diante disso, a pergunta não é apenas o que está acontecendo, mas o que pode ser feito.

Não há soluções simples. Não há respostas únicas. Mas há caminhos possíveis.

Apoiar as famílias é um deles. Garantir condições para que mães e responsáveis não precisem escolher entre trabalhar e cuidar. Ampliar redes de apoio, oferecer suporte real, contínuo.

Fortalecer a educação também é fundamental. Não apenas no sentido de conteúdo, mas como espaço de acolhimento, de construção de sentido, de formação crítica. Ensinar a lidar com o mundo digital, não apenas restringir o acesso.

Há também uma dimensão cultural que precisa ser revista. A forma como se elogia a “maturidade” precoce, como se naturaliza a independência forçada, como se romantiza a resistência.

E há algo que, embora pareça pequeno, tem um impacto profundo. A presença. O tempo dedicado. A escuta real. Perguntar, de verdade, como a criança está. E estar disposto a ouvir a resposta.

A pergunta que atravessa tudo isso permanece aberta.

Ainda há tempo de devolver a infância a quem nunca a teve?

Talvez não seja possível devolver o que já passou. O tempo não retorna. Mas talvez seja possível interromper o ciclo. Evitar que outras histórias se repitam da mesma forma.

Isso exige escolha. Escolha coletiva, política, ética.

Exige olhar para essas crianças não com indiferença, nem com romantização, mas com responsabilidade.

Porque, no fim, o que está em jogo não é apenas o futuro delas.

É o presente que estamos construindo.

E o tipo de sociedade que estamos dispostos a sustentar.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao espaço pesquisado a cidade de Alegre, no Espírito Santo, e todos os que nela abriram as portas de suas casas, escolas, conselhos e corações.

Agradeço às crianças. Às meninas de batom vermelho e olheiras fundas. Aos meninos de calculadora na mão e silêncio na voz. A todas que me ensinaram que a infância roubada não se denuncia apenas com números, mas com a coragem de escutar quem, até então, só tinha sido escutado para ser avaliado.

Agradeço às professoras em especial àquelas que, mesmo sobrecarregadas, encontram forças para fazer roda de escuta antes da aula de matemática. Vocês são a linha que ainda segura.

Agradeço às conselheiras tutelares de Alegre. Pelo trabalho invisível, pelas 50 horas semanais, pelos casos que não saem da cabeça.

Este livro é fruto de uma pesquisa de Doutorado que não cabia apenas dentro dos muros das escolas. Foi preciso um olhar eficaz que enxerga a maquiagem pesada não como "frescura", mas como sintoma; o namoro precoce não como "coisa de criança", mas como violência; o cabelo duro de gelatina não como "capricho", mas como armadura que custa dor. Agradeço, por fim, às famílias de Alegre que permitiram que eu entrasse em suas vidas. Sei que não foi fácil. Fizeram porque confiaram que este livro poderia servir a outras crianças as que ainda vêm, as que ainda podem ser salvas.

Que seja verdade.

Camilla Viana de Souza Andrade

Epílogo

No último dia da pesquisa, voltei sozinha à praça central de Alegre. Era fim de tarde, e o movimento seguia com uma aparência quase tranquila. Crianças corriam perto do coreto, algumas riam, outras disputavam espaço no balanço. Por alguns minutos, foi possível quase acreditar que a infância ali se resumia àquela cena leve, cotidiana, sem marcas profundas. Quase.

Mas a ilusão se rompeu rápido.

Uma menina, não mais que seis anos, passou por mim com passos curtos e cuidadosos, como quem já aprendeu a equilibrar o próprio corpo em algo que ainda não deveria usar. Vestia sandálias de salto, pequenas demais para sustentar o que simbolizavam. Nos lábios, um batom vermelho bem marcado. O rosto sério, concentrado, distante do movimento ao redor.

Ao lado dela, a mãe falava ao celular. Não olhou para a filha. Não percebeu o contraste entre aquele corpo ainda infantil e a imagem que ele tentava sustentar.

A menina seguiu.

E, naquele instante, ficou claro que a infância ali não desaparece de uma vez. Ela vai sendo atravessada, pouco a pouco, por expectativas que não nascem da criança, mas que passam a moldá-la.

Ao longo da pesquisa, algumas frases ficaram. Não como dados, não como registros formais, mas como marcas. Frases que não cabem em gráficos, que não se encaixam em tabelas, que não deveriam existir — mas existem.

Nina, cinco anos, disse que o namorado a chamou de algo que ela não compreendia, mas que acreditava ser positivo. Repetiu a palavra sem saber seu significado, como quem reproduz algo que ouviu, sem dimensão do peso que carrega.

Sofia, aos dez, respondeu a uma pergunta simples sobre o futuro dizendo que queria ser feliz. A resposta, tão direta, provocou emoção em quem ouviu. Talvez porque, ali, felicidade não aparecia como algo garantido, mas como desejo.

Bianca, seis anos, falou sobre o cabelo. Disse que dói. Mas aprendeu que aquilo faz parte, que é necessário, que “cabelo de mocinha” exige esse tipo de esforço. A dor, mais uma vez, naturalizada.

João, oito anos, não falou de profissão, nem de sonho grandioso. Disse que queria ter uma cama só para ele. Queria dormir sem interrupção. Queria descansar. Um desejo simples, básico, que revela muito sobre o que lhe falta.

Ana Clara, sete anos, disse algo que permanece ecoando. Disse que não se lembra mais de como é brincar.

Não houve revolta nessas falas. Não houve indignação. Não houve questionamento.

Houve naturalidade.

E talvez seja isso que mais inquieta.

Essas crianças não percebem que estão sendo privadas. Não identificam a perda como perda. Para elas, a vida é assim. É o que conhecem. É o que aprenderam a aceitar.

O silêncio que atravessa essas histórias não é ausência de fala. É ausência de reconhecimento. É a impossibilidade de nomear o que falta.

Antes de deixar Alegre, encontrei novamente a coordenadora do Conselho Tutelar. O dia já estava avançado, e o cansaço era visível, mas havia também algo que resistia.

Perguntei se, diante de tudo, valia a pena.

Ela não respondeu imediatamente. Apenas apontou para o portão.

Uma menina de camiseta amarela corria de um lado para o outro, tentando alcançar uma borboleta. Ria alto, tropeçava, levantava, continuava. Havia leveza naquele movimento. Havia infância.

A coordenadora então explicou que aquela menina havia chegado ao Conselho dois meses antes. A situação era grave. Foi necessário intervir, afastar, reorganizar. Agora, estava com a avó. Estava segura.

E, naquele momento, estava brincando.

A coordenadora olhou novamente para ela e disse, com a simplicidade de quem carrega muita história:

Se for para salvar uma, já vale.

A imagem ficou.

A menina de camiseta amarela correndo atrás da borboleta.

E, junto com ela, uma pergunta que não se dissipa:

Quantas outras crianças ainda estão esperando que alguém corra atrás delas?

Quantas
outras
crianças ainda
estão esperando
alguém que
corra atrás delas?



———— Dr^a Camila Vana de Souza ————



Apêndices

Apêndice A.

Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa foi conduzida ao longo de 24 meses (2024-2025), com trabalho de campo concentrado em Alegre, Espírito Santo.

Métodos utilizados:

- Observação participante: aproximadamente 300 horas
- Entrevistas semiestruturadas: 47 entrevistas
- Grupos focais: 8 grupos (52 crianças)
- Análise documental: 124 documentos
- Pesquisa bibliográfica e estatística: mais de 30 fontes

Critérios éticos:

- Anonimato total de todos os participantes
- Consentimento livre e esclarecido das famílias
- Direito de desistência a qualquer momento
- Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa

Apêndice B – Roteiro de Entrevistas

Para crianças (6 a 12 anos):

1. Como é o seu dia?
2. Você ajuda em casa? Em quê?
3. O que você gosta de fazer quando não está na escola?
4. Você tem celular? O que você vê nele?

5. Você tem namorado ou namorada?
6. Se você pudesse mudar uma coisa na sua vida, o que seria?
7. O que você quer ser quando crescer?

Apêndice C – Glossário

Adultificação: Processo pelo qual uma criança é empurrada a assumir comportamentos, responsabilidades ou papéis típicos da vida adulta antes do tempo adequado.

Criança cuidadora (young carer): Criança ou adolescente que assume a responsabilidade de cuidar de um familiar doente, idoso ou com deficiência.

Disque 100: Canal nacional de denúncias de violação de direitos humanos.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

Lista TIP: Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.

Sexualização precoce: Processo pelo qual crianças são expostas a valores, comportamentos ou práticas de cunho sexual antes da idade apropriada.

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ANDRADE, Camilla Viana de Souza

O amadurecimento precoce das crianças brasileiras : um retrato da infância roubada / Camilla Viana de Souza Andrade. – Alegre, ES : [Editora], 2025.

1. Adultificação precoce 2. Infância – Brasil 3. Crianças – Condições sociais 4. Trabalho infantil – Brasil 5. Exposição digital – Crianças 6. Sexualização precoce I. Título

CDD: 305.230981

Biblioteca Nacional – Brasil